

MULHERES NEGRAS E O COTIDIANO NA CIDADE DO RECIFE (1890-1920)

Débora Halide Claizoni¹

RESUMO

O presente artigo procura discutir as práticas e representações criadas em torno da cultura afro-descendente e em especial das mulheres negras, durante as décadas de 1890 a 1920. Interessa-nos analisar as estratégias que criaram para viver no cotidiano de uma sociedade discriminadora e persecutória dessas práticas e costumes. Metodologicamente, analisamos algumas práticas de espaço enquanto práticas de resistência, estabelecendo uma discussão acerca dos significados sociais dessas práticas e das táticas de sobrevivência dos grupos afrodescendentes no contexto da Primeira República no Recife.

Palavras-chave: cultura afro-descendente; cultura popular; gênero

ABSTRACT

This article discusses the practices and representations of culture created around african descent, and especially black women, during the decades from 1890 to 1920. We are interested in analyzing the strategies that have created for everyday living in a society discriminating and persecuting those practices and customs. Methodologically, we analyze some practice space as practices of resistance, establishing a discussion about the social meanings of these practices and the survival tactics of groups of African descent in the context of the First Republic in Recife.

Key Words: culture african descent, popular culture, gender

Introdução

No fim do século XIX e meados do século XX, assiste-se, em Recife, um momento de grande controle social nas ruas da cidade, ocasionando inúmeros conflitos. A questão do carnaval torna-se premente, além de outras manifestações que circundam o cotidiano de afro-descendentes no período em tela. Sobressaem imagens como as de arruaceiros e brigões, para homens. E para as mulheres, é um período em que se firma a imagem da mulata e da mãe-preta, já discutidas pela historiografia.

É a partir de tais pressupostos que pretendemos tecer uma discussão acerca das práticas e representações criadas em torno da cultura afro-descendente e em especial das mulheres negras, durante as décadas de 1890 a 1920, debatendo, via de regra, com alguns historiadores que também se debruçaram sob a temática. Dessa forma, interessam-nos analisar as estratégias que tais mulheres criaram para viver no cotidiano de uma sociedade discriminadora e persecutória das práticas e costumes ligados aos afro-descendentes, a fim de compreender quais eram as estratégias que tais mulheres desenvolveram para viver nesse ambiente socialmente hostil e preconceituoso, como algumas de suas práticas culturais, como a participação em catimbós, foram criminalizadas e como e onde essas mulheres estavam inseridas na organização social da diferença sexual.

Diante de tal problemática, temos que tecer uma discussão permeada por conceituações chave como de raça, classe e gênero, a fim de delinear as possibilidades de construção do universo dessas mulheres. Assim como Raquel Sohiet coloca:

(...) nosso trabalho tem como objeto a mulher, figura desprovida de qualquer significação nas abordagens históricas, já que seu mundo de significações não emerge no plano público, pelo contrário, submerge no cotidiano, no privado, no imóvel, no local com o agravante de que a mulher focalizada é aquela que em geral habita os segmentos populares que une às mazelas de gênero aquelas de raça e classe, engrossando as fileiras daqueles que vivem histórias, mas não fazem a história².

A referida abordagem constitui-se numa visão da mulher afro-descendente, em sua maioria, moradora dos cortiços e de outras habitações coletivas, em alguns casos, envolvidas com meretrício, trabalhando como vendeiras e quituteiras ou atuando nas ruas como mendigas.

Justificamos a relevância de nossa abordagem, face ao fato de que, durante largo tempo poucos eram os trabalhos que se detinham na análise da condição feminina. Os poucos existentes enfocavam especificamente a mulher de classe dominante, universalizando suas experiências e características para todas as mulheres.

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos perceber que há certo exagero dos estudiosos em estabelecer os estereótipos do marido dominador e da mulher submissa, pois muitas teriam sido as mulheres que trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas pela rebeldia e mesmo insatisfação. Não se limitando ao rompimento de tais pressupostos, observamos que as recentes contribuições historiográficas revelam que muitas mulheres não apenas participavam, como muitas vezes estavam à frente da família e de seus negócios.

Verificamos um propósito de exacerbação das características que a sociedade impõe à mulher, em termos de acentuar o seu caráter doméstico e negar a sua sexualidade. Como bem colocou Rachel Sohiet, o projeto de reforma e renovação republicana implicou em profunda violência contra a mulher, obtendo o inverso desejado: longe de beatitude e domesticidade, gera-se violência e resistência generalizada³.

Acentuamos a relevância da oportunidade de apresentar uma face da mulher, via de regra oculta, em termos de reação a uma violência que lhe é imposta, além de muitas vezes esta tomar a iniciativa de agir violentamente. Não esqueçamos que, tradicionalmente as mulheres são apresentadas como passivas, dóceis, frágeis, submissas... Importa, pois, recuperar a história das mulheres afro-descendentes, desmistificando estereótipos e revelando novas dimensões do comportamento das mesmas, bem como sua contribuição e seu cotidiano em meio à sociedade pernambucana.

Questões de raça: Políticas higienistas e racialização

As teorias raciais, modelos de êxito na Europa em meados do *oitocentos*, adentram no Brasil de forma tardia, contudo recebendo grande acolhida nos meios acadêmicos de ensino e pesquisa, espaço da elite intelectual. Sua entrada, diante do caminho já percorrido outrora, o da desmontagem da escravidão, em 1871, com o prolatar da lei do vinte livre, anuncia o declínio de um modo de trabalho bastante arraigado.

O conceito de raça, visualizado em grande número de tais teorias, é entendido como objeto de conhecimento que ensaia modelos biológicos em análise. Tal conceito, em realidade, apresenta-se enquanto conceito fechado, imóvel e natural e

compreendido como um objeto de estudo experimental, neste contexto histórico em análise⁴.

Neste estado de coisas, diante da derrocada da escravidão e a realização de novo plano de âmbito político no país, estas teorias raciais se mostram como esculpidas na justificação de complexo jogo de forças que se iniciava, muito além dos problemas evidentes da substituição da mão-de-obra ou a conservação do *status quo*, percebia dispor de critérios diversos de cidadania.

Apesar das negativas implicações, o tema racial se transmuta em argumento de êxito no estabelecimento de diferenças sociais. Os modelos referenciais de um lado pareciam desejar justificar cientificamente tais diferenciações hierárquicas, tornando pública a problemática, e, de outro, diante da pessimista interpretação da mestiçagem, tais teorias inviabilizaram o projeto nacional que ainda não restava em pé.

O debate acerca da cidadania se deslocava diante do discurso racial de determinações de grupos de determinadas características biológicas, analisado o indivíduo ao passo de um efeito de sua raça⁵.

Para a versão poligenista, a mistura de raças é um fenômeno novo. Tinha-se, como exemplificação, os mestiços no uso do critério de diferenciação crucial entre as raças que personificavam a considerada “degeneração”, originária do cruzamento de diferentes espécies⁶. Paul Broca defendia a posição de que o mestiço, semelhante a mula, não era fértil⁷. Já Gobineau e G. Le Bon, deterministas, lastimavam a grande fertilidade dessas populações que herdariam caracteres mais negativos das raças em cruzamento⁸.

Observa-se, que diante da inovação da miscigenação, a tese poligenista restava fortalecida, afirmando que as raças humanas, como variadas espécies deveriam evitar a hibridação pelos danos causados.

Nesse sentido, faz-se necessário a compreensão desses aspectos para entender as posturas discriminatórias/segregacionistas que apresentam-se nesse período, através, entre outros meios, dos discursos midiáticos do período, a exemplo da notícia de título “Curioso phenomeno” do dia 22 de agosto de 1890 no Jornal do Recife que relata o fato de um menor recolhido no período ao hospital de caridade e que, por sua vez, apresentava o que na notícia colocam como “phenomeno singular” que estava atraindo muita gente. Descrito da seguinte maneira:

(...) Francisco Baracho é menor de que se trata, conta com 10 a 12 annos de idade, nasceu no

lugar denominado *Pelo signal* do sertão de Angicos; seus pais chamam-se Manoel Baracho e Rita Baracho, robustos e bem conformados. O menino é caboclo e apresenta regularidade em todas as funções. Nota-se-lhe na phisionomia sempre apresentável certa vivésa e as faculdades intellecuaes se exercem regularmente. Recolhido ao hospital no dia 12 do corrente por causa de uma ulcera no calcanhar e no dorso do pé esquerdo, o illustre medico do estabelecimento, Dr. Celso Caldas, examinando o doente, encontrou uma anomalia que lhe chamou solicita attenção...⁹

A anomalia relatada é da que o menino tinha no “fim do espinhaço” um *rabo*, “como se fôra um cão, como se fôra um macaco”, palavras transcritas do corpo da notícia¹⁰. A notícia segue ainda relatando:

(...) Essa cauda enrosca-se, e já tem o comprimento de 8 pollegados, tendendoa crescer, assim o menino vá crescendo de idade. Conta-se que na villa de S.Gonçalo no anno de 1827 observou-se phenomeno igual na pessoa de uma cabocla! Agora os *darwinistas* devem bater palmas de contentes, exultar de prazer, vendo no *rabo* do menino Baracho um ponto de apoio às suas doutrinas scientificas!¹¹

Percebe-se, desta maneira, um exemplo importante da influência das teorias nos discursos do período. A miscigenação produzia animais e estes chegavam a possuir até rabos! A referência às faculdades mentais do menor como algo surpreendente, bem como as referências às teorias deterministas, como a do darwinismo social ou teoria das raças remete-nos não às possibilidades, mas sim, às certezas, numa perspectiva que rechaça a miscigenação, “sinônimo de degeneração não só racial como social”¹².

Ao lado dos miscigenados, para E.Renan (1823-92)¹³, os negros compunham um dos grupos tidos como “povos inferiores não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso”¹⁴. Porém, as posições nesse sentido não eram idênticas, e com relação à população negra vigorava uma visão evolucionista mais determinada no que se refere ao “potencial civilizatório

da raça”. Para uns teóricos, assim, os negros representavam um exemplo de grupo incivilizável e para outros, eles viviam no estado mais baixo de civilização humana.

Esse discurso variável no tocante às questões das raças oscila, onde paradoxalmente encontramos na documentação notícias que remetem exclusivamente a essa “questão de raça”, onde a exemplo temos uma notícia intitulada “Branços e Pretos” que trata das relações conflituosas entre brancos e negros nos Estados Unidos, onde ao final da notícia é feito um comparativo com a forma que o Brasil lida com tais questões, que diz:

(...) A diferença que há entre os Estados Unidos e o Brasil, a respeito da raça preta, é que em nosso paiz esta se une a branca, formando um todo homogêneo, capaz dos maiores surtos de civilização e no progresso, enquanto alli, naquella Republica amiga, as duas raças separadas por uma ódio incontido ameaçam aniquilar-se. Nos Estados Unidos há esse germen que abala sua nacionalidade. No Brasil as duas raças branca e preta, se congraçam e, embora tenhamos atravessado crises de caráter e de economia, para o futuro talvez possamos nos orgulhar de termos em nossas veias, o ardente sangue africano¹⁵.

Contudo, verifica-se que tal perspectiva otimista quanto à relação entre brancos e negros não pode ser vista quando analisamos um contexto mais amplo no próprio período, período este, que mostra-se indefinido em termos gerais, porém bastante segregacionista acerca do elemento negro e especificamente quanto à mulher negra.

É tempo de mudança e trabalho...

Imersas num período de controle e repressão social, devido entre outros fatos, à passagem do trabalho escravo para o livre e a fundação de um novo contexto social e político, as mulheres negras experimentaram a marginalidade por suas maneiras de vivenciar sua sexualidade e suas atividades¹⁶. Pudemos perceber que essas mulheres aparecem numa vida à parte do modelo burguês e recatado das mulheres brancas, ao ultrapassar os limites do privado para o público. Onde, as relações em que estas estavam inseridas não comportavam os mesmo limites da elite branca, a exemplo do

casamento, nas quais, em geral mulatas, pardas e pretas surgem não como mulheres casadas, mas sim, como amasias ou “vivendo maritalmente” com seus parceiros.

No período em estudo, observa-se uma preocupação da classe dominante em se formar enquanto classe dirigente sólida, diante do uso de valores como o respeito às leis e a convenções sociais, além de uma organização familiar nos moldes estabelecidos. Contudo, para as camadas populares a preocupação desta elite consistia na adequação da força de trabalho a seus interesses, evidente na preocupação com o comportamento da classe popular que lhe garantissem certa inserção na nova ordem.

Em concordância com esses elementos estabelecidos, é comum deparar-se com relatos de ações policiais violentas contra clubes carnavalescos e cidadãos comuns, insultos e espancamento, bem como, críticas à mendicância no Recife, em que os mendigos são tidos como “exploradores da esmola pública” além de notícias que abordam o caráter negativo e o impacto desses elementos para imagem de Pernambuco, exigindo a providência policial frente a esses indivíduos que desprezam o trabalho e cobrança de ações policiais contra menores de cor negra que atuam em bondes à noite e mulheres que vagavam nos centros comerciais da cidade cometendo pequenos furtos e atuando nas esquinas sob forma de meretrício.

Essas notícias remetem-nos sempre ao movimento que se dava nesse período no Brasil, em que se buscava eliminar a sujeira e imundice conferida à presença dos homens e mulheres de cor desocupados que desprezavam o trabalho em troca da exploração nas ruas, estabelecendo assim uma relação entre o trabalho e moralidade: quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais¹⁷, bem como, dar continuidade à dominação social dos proprietários dos meios de produção¹⁸. É nesse sentido que Sidney Chalhoub coloca:

(...) a perspectiva do fim da escravidão colocava para os detentores do capital a questão de garantir a continuação do suprimento de mão-de-obra, e tal suprimento só poderia ser alcançado caso houvesse uma mudança radical no conceito de trabalho vigente numa sociedade escravista. Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se com conceitos vizinhos como o de ‘ordem’ e ‘progresso’ para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da ‘civilização’, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O

conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto, agente social este que, assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho – o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido ‘concedido’ por obra e graça da lei de 13 de maio de 1888¹⁹.

O elogio às ações policiais ainda nesse sentido do combate não apenas à vadiagem, exploração fácil de dinheiro, mas também as práticas como a do catimbó e feitiçaria, nos levam ao caso do “catimbozeiro” José Roberto, conhecido por “Caboclo Manbaba” que é preso junto com diversas mulheres presentes, móveis e objetos como frascos e garrafas contendo arruda, “timpim” e jurema. A notícia de título “A prisão do catimbozeiro José Roberto e seus clientes”, do dia 26 de fevereiro de 1918, nos diz que:

Ao dr. Maia e Silva, J.” delegado da capital o tenente Leal Ferreira, subdelegado da encruzilhada, dirigio , hontem, o seguinte officio: “Communico-vos que, hontem ás 18 horas dei cerco á casa sira á travessa do Feitoza, n. 554, a fim de dar cumprimento ao vosso officio de hontem, e como na occasião do cerco se encontrasse funcționando a sessão de “catimbó”, preendi não só ao José Roberto de Castro Guedes, conhecido por “Caboclo manbaba”, como também as outras pessoas que alli se achavam, recolhendo todas á “Casa de Detenção”, à vossa disposição.

Foram ellas as seguintes: Joanna Zulmira da Silva, Julia dos Prazeres, Maria Francisca da Silva, Antonia dos Santos, Antonia Maria do Nascimento, Maria José de Oliveira, Anna Josepha da Silva Peba, Philadelpha da Veja e Souza, Eduardo Leite da Silva, Adão José de Oliveira, vulgo “Mestre cururu”, Camillo Gonçalves Vianna, José Monteiro, José Correia, Mario Valeriano Marques e Vicente José.

Na occasião fiz apprehensão dos seguintes objectos, os quaes remmetto a v.s. 1 mêza grande, 1 cabide, 1 pequena estante, 3 quadros um representando ao “Caboclo manbaba”, 1 pequena caixa fechada, contendo alguns nickeis,

9 garrafas e 1 frasco contendo diversas tinturas como sejam “tipim”, “arruda”, “jurema”, etc., livros velhos e dois estatutos, sendo um visado pela chefatura.”

O nocivo individuo não se regia, no entanto, pelos estatutos visados pela policia, que foram tirados para uma sociedade denominada “Centro espírita amor e caridade”, da qual elle se dizia presidente.

O intrujão José Roberto guiava-se por outros estatutos aliás pornographicos, conforme tivemos occasião de verificar no gabinete do dr. 3º delegado, que nos mostrou.

Esta autoridade também nos apresentou uma lista de dinheiro estorquido pelo espertalhão individuo das pessoas que iam com elle se receitar.

Como se vê, é uma medida que de há muito se fazia necessária, sendo de lamentar somente agora e isso mesmo em virtude de uma queixa apresentada ao dr. Maia e Silva, a policia da Encruzilhada se resolvesse agir contra o pernicioso individuo.

O “catimbozeiro” José Roberto é cigarreiro, tendo trabalhado ha annos na fabrica “Casias”²⁰.

Com relação às perseguições aos catimbós, pudemos verificar nas descrições e relatos das notícias um leque de discriminações quanto à prática e mais ainda quanto aos indivíduos que participavam e controlavam tais atividades. Os indivíduos vistos como charlatães indesejados, exploradores e espertalhões são sempre rechaçados por não exercer funções profissionais condizentes com os modelos pregados e pela própria prática, mal vista nesse período.

Ainda em relação ao catimbó, temos exemplos como o caso de Jacintha que como a maioria das práticas associadas à população “humilde”, e em geral, “de cor”, era alvo recorrente de críticas e perseguições que acabavam por gerar conflitos. A notícia foi intitulada “Criminosa e Louca” e veiculada pelo jornal: A Província, no dia 03 de janeiro de 1911:

Essa abominavel pratica de feitiçaria que, nas classes incultas, se tem ultimamente desenvolvido de um modo assombroso, sob a denominação de *catimbau* ou espiritismo dos caboclos, acaba de produzir novas victimas, dando logar ao facto dolorissimo que, penalizados, registramos em seguida.

Trata-se de uma família inteira de gente humilde, mas honesta e bemquista, que, sob à supposta influencia acaba de ser arrastada á maior das desventuras.

Residiam ha tempos, na rua (...), no logar Campo Alegre, districto policial da Encruzilhada, o preto José da Penha, sua mulher Francisca Maria de Assis, e os filhos do casal (...).

Não ha muitos annos, o velho Penha começou a sentir-se doente e não faltou quem o aconselhasse uma consulta aos espíritos no sentido de recuperar a saúde.

A gente rustica de ordinário apaixona-se por tudo que é sobrenatural e é sabido que na Encruzilhada, como em muitos outros núcleos de populações pobres desta cidade, os médicos de alem-tumulo gosam de indiscutível renome.

Foi assim que a família Penha começou a praticar o *catimbau*, a principio, para restituir ao seu chefe a saúde perdida, com a intervenção de *mestre* Carlos, depois para realizar outras pretensões com o auxilio de outros *mestres* igualmente inspirados.

Embora o mal de José da Penha progredisse e os benefícios esperados em outro sentido fossem também negativos, a pratica do *catimbau* não estacionou.

Antes pelo contrario, a família Penha cada vez se tornava mais entusiasta da extravagante feitiçaria, estabelecendo na sua própria residência o que na gíria de catimbozeiros se chama uma *aldeia de caboclos*.

Ultimamente o chefe da casa achava-se completamente paralytico, e apresentavam a mulher e aos filhos symptomas de perturbação mental

No domingo ultimo, realisaram elles uma grande sessão de *catimbau*, a qual se prolongou até depois de meia noute, com assistência bastante numerosa.

Encerrados os trabalhos, retiraram-se as pessoas extranhas; mas a casa não ficou em socego.

E' que uma das filhas do casal , a de nome Jacintha, 'não podia de modo algum se libertar' da impressão de que um *espírito vagante* a perseguia.

N'um estado de exaltação, visinho da loucura, a pobre mulher começou a percorrer a casa gesticulando contra a perseguição de que se suppunha victima.

(...) acabando por confundir as pessoas com os espíritos e investindo contra a sua própria mãe que, aterrorizada, fugio para o quintal.

Jacintha seguio-a , voltando (...) declarando que enforcara o *espírito* com uns cipós (...).

Não tardou, porem, que lhe sobreviesse um novo acesso.

O espírito tinha resurgido, dizia ella, e d'esta vez foi contra o infeliz paralytico que revoltou sua cólera de louca.

(...) Foi uma noute sinistra e cheia de sobresaktos, de modo que somente pela manha de hontem as demais pessoas da casa deram por falta da velha Francisca de Assis e sahiram a procural-a indo encontrar então o seu cadáver estrangulado por um cipó (...) e arremeçado a uma cacimba existente em um quintal proximo.

Jacintha havia assassinado sua própria mãe.

Avisada a policia, compareceu o subdelegadodo districto major Nivardo Ferreira que efectuou a prisão da criminosa.

(...) Jacintha é solteira, preta de cabellos carapinhos e conta 30 annos de idade.

Quando foi apresentada na delegacia trajava casaco branco, saia azul e achava-se descalça (...)²¹

A partir de notícias como essa, compartilhamos da ideia de Rachel Sohiet, que afirma:

Ainda, outras manifestações populares se constituem em alvo da repressão como o candomblé que era objeto de invasões policiais freqüentes, sob os mais diversos pretextos, atitude que era apoiada por muitos dos homens de imprensa da época, sob a justificativa de que estas práticas eram “não civilizadas e bárbaras”.

(...) No momento, as dificuldades do negro em competir com o branco no mercado de trabalho alimentavam a falácia da malandragem, justificando a persistência da repressão²².

Neste diapasão verificamos que as fronteiras instituídas entre a “ordem” e a “desordem”, aos poucos se torna concreto no imaginário social e político recifense e

disciplinaram, portanto, o deslocamento e a sociabilidade urbanos. Vimos que sutil e alegoricamente, o grupamento dominante determina o espaço de cada grupo étnico-cultural e apontam o padrão hegemônico de atitudes e comportamentos frente à problemática da alteridade.

É dessa forma que, pela exclusão e pela segregação, a “*cidade européia*” pouco conhece da “*cidade negra*”, apesar da recíproca não ser a mesma. Havendo a necessidade dos trabalhadores, membros da cidade negra de se deslocar e transitar pela cidade em função do trabalho foram criados, em contrapartida, mecanismos de controle social repressivos erigindo barreiras entre as “duas cidades”. Assim, se a “*cidade européia*” desconhece a outra parte da cidade, Coube à polícia realizar “expedições” e estabelecer um relacionamento de controle sobre os moradores da “*cidade negra*”.

O cotidiano das mulheres negras: Vivências e valores

Inseridas num período de transições estruturais complexas, onde o elemento negro continuava à margem do núcleo social, visto ainda como um animal a ser adestrado em prol de um plano de remodelação do Brasil, as mulheres negras surgem, apesar de ainda muito timidamente, na documentação e bibliografia analisada desenvolvendo atividades comerciais (vendedoras, quituteiras, etc), como meretrizes, criadas domésticas e quase sempre atuando nas ruas como criminosas e exploradoras de esmolas alheias, ao mesmo tempo e paradoxalmente, formando um modelo familiar onde participavam como provedoras, estabelecendo outro modelo de relacionar-se num universo em que eram sexualmente ativas.

A forma menos inibida de agir, o linguajar “solto”, a iniciativa na tomada de decisões, a maior possibilidade de locomoção são alguns dos reflexos de seu modo de pensar e viver, diferenciados do das mulheres de outras classes. Resta observar que o peso de sua categoria de gênero somava-se ao do grupo étnico a que pertenciam, desvalorizado.

Trazidas pela imprensa sempre em situações de conflitos, violência e criminalidade, sob a forma de embates com seus parceiros amorosos causados por ciúmes e adultério, bem como conflitos entre meretrizes e sua clientela, brigas entre

mulheres moradoras de pensões, furtos cometidos por criadas, mulheres que vagavam nas ruas, agindo de forma desordeira e ferindo a moral pública com sua linguagem indesejada e inadequada para alguns, notamos a contraposição desse cotidiano desenhado nos jornais, aos critérios de moralidade e vivências sociais preestabelecidas para termos gerais, por uma parcela isolada de mulheres brancas de classes mais abastadas e que assim sendo, leva-nos a desmistificação de estereótipos, revelando novas dimensões do comportamento destas, bem como a compreensão do lugar dado para essas mulheres no Recife por parte da elite que dominava a imprensa e o judiciário.

É a partir do lugar dado a essas mulheres, que podemos localizar o contexto racial do período, entre outros elementos, como já afirmamos anteriormente.

Outro aspecto importante que se pode perceber a partir da leitura documental, foi de notar que na documentação do judiciário os problemas levados à Justiça tinham sua origem em conflitos dentro da própria comunidade, onde os envolvidos, assim como nos aparece nos jornais, eram freqüentemente vizinhos, parentes ou colegas de trabalho.

Um exemplo da aparição dessas mulheres cometendo atos de desordem verifica-se numa matéria do Jornal do Recife, do dia cinco de janeiro de 1890, onde “uma mulher velha de cor preta” invade o prédio onde funcionava o “Tribunal do Commercio”, situado na “Rua do Vigário”, embriagada e expõe-se à janela sendo necessário à ação da polícia para retirada da senhora.

Assim, verifica-se que o espaço avocado por essas mulheres foi o espaço público, seu espaço profissional, de lazer, onde desenvolviam suas relações pessoais e conflitos, eram nos mercados, nas praças, próximos aos prédios públicos e nas esquinas movimentadas que se davam os casos relatados nos jornais e nos processos em que as mesmas aparecem nesse período.

Ao contrário do usual, muitas mulheres negras e populares vítimas de algum tipo de violência rebelaram-se contra os maus tratos e ofensas à sua honra por parte de seus companheiros em ações violentas proporcionais, precipitando soluções extremas. Nesse sentido, surgem casos, em que tais mulheres limpam sua honra através de atentados contra seus amos e outras mulheres que com ele estabeleciam relações amorosas. Casos de infidelidade por parte delas mesmas, em que não estando satisfeitas com seus parceiros passam a relacionar-se com outros,

gerando outras cenas de conflitos e violência. Na tentativa de entender um pouco esse fato do casamento para tais personagens, Rachel Sohiet coloca:

Em regra, os escravos não se casavam. Como decorrência disso a vida sexual dos escravos primava pela irregularidade. No caso da mulher, suas ligações com homens escravos continuavam a ser transitórias. Também por força de seu estatuto, inúmeras eram as escravas utilizadas por seus proprietários ou membros de sua família²³.

Por tais situações, essas mulheres tornaram-se alvos das políticas de ordenação e disciplinarização do mundo das ruas. Essas políticas deram-se não só em Estados como Pernambuco, como também na Bahia e no Rio de Janeiro. Esse novo modelo social empreendido por políticos brasileiros “tentavam curar as chagas do ‘passado colonial’, que haviam transformado, paradoxalmente, os vestígios do nobre e opulento passado colonial na expressão de sua decadência, frente à nova ordem modernizadora”²⁴.

É a partir da concepção familiar, enquanto locus da produção e fomentação do trabalho, que se regulamenta e disciplina as relações sexuais, no intuito de garantir um trabalhador adequado aos propósitos produtivos burgueses, como já salientado, onde a disciplinarização dessas mulheres remete a esta concepção de família. Este momento de “higienização da família”, como garantia da saúde psíquica e física que garantisse uma prole saudável, pode ser percebido através das ações policiais e judiciárias na “moderação da linguagem” dessas mulheres, sobre rixas, estimulando os “hábitos sadios e boas maneiras”, procurando um reflexo sobre o comportamento de seus filhos companheiros.

Vimos, então, que o panorama dessas mulheres era o de cerceamento de suas festas, cerimônias, manifestações culturais tradicionais, além da expulsão das áreas centrais da cidade do Recife, em que eram ameaçadas com a prisão e violentadas por policiais, onde era sim, necessária à ideia de irmandade e cooperação para sobreviver ao contexto repressivo analisado.

A identidade feminina estava limitada ao de senhora casta e boa moça que tinham como proteção esse status de castidade, pureza familiar mantida através da fidelidade conjugal das senhoras²⁵. Nesse sentido, tal modelo feminino opunha-se drasticamente ao das mulheres negras, pobres, trabalhadoras de rua ou às prostitutas,

uma vez definidas como parte da “barbárie dos pobres e pretos”, tachadas de “mulher pública”.

Então, como construir uma sociedade em um meio onde as mulheres não se casavam civilmente, sem muito apreço pela virgindade e recato, que abortavam e abandonavam seus filhos, deitavam-se com vários homens e por vezes assumiam o papel de chefe da família? Tais mulheres “não cabiam no postal da *belle époque*”²⁶.

As investidas repressoras se deram no espaço público, espaço este, de anomia social, do carnaval, das práticas e folguedos populares, das vendeiras, das prostitutas, dos mendigos, dos gatunos, dos capoeiras...

Pôde-se constatar, através de algumas produções historiográficas, que em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, as políticas repressoras foram investidas contra o comércio e fabricação de comidas de ruas, onde os governos desaprovavam tais alimentos, ressaltando alguns dos aspectos das teorias higienistas. Outros aspectos como roupas utilizadas, religiosidade e práticas que se referem às mulheres descendentes da África também foram cerceadas²⁷. Alberto Heráclito Ferreira Filho vai mais longe e coloca “as mulheres do povo, principalmente as pretas, encarnavam constantemente o grotesco”²⁸ para o novo Brasil. O mesmo autor coloca ainda, que na documentação encontrada acerca dessas mulheres em Salvador, expressões como “mulata” ou “crioula” eram revestidas de conotação sexual incompatíveis com a deserotização feminina do modelo social-burgês²⁹.

É possível, dessa forma, conceber essa vivência pública das mulheres negras como “um imperativo da busca pela sobrevivência, e pela condição básica de exercício de seus ofícios”³⁰. O cotidiano das ruas era o cotidiano dessas mulheres, e a forma como essas permeavam esse universo faziam parte de suas estratégias de sobrevivência. Para reprimir a inundação do meio público limpo e moderno, dever-se-ia cercear o local ou tudo que se referisse a tais mulheres de cor.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

¹ SILVA, Maciel Henrique. Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras. **MNEME Revista de Humanidades**, V.7, n.15, abr/mai. 2005. [HTTP://www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme). 14/02/2008. p. 03.

² SOHIET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.01

³ Idem.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.17

⁵ Idem, p. 18

⁶ Ibidem, p.56

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.53

⁸ Idem, p. 64-65

⁹ Curioso phenomeno. Jornal do Recife, Recife, 22 ago. 1890, p. 01

¹⁰ Idem.

¹¹ Ibidem.

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.64

¹³ Idem, p.62

¹⁴ Ibidem, p.62

¹⁵ E.R. Brancos e Pretos. A Província, 03 ago. 1819, p.03.

¹⁶ MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001.250f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Departamento de História. Recife, 2001. p. 20-21.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p. 44

¹⁸ Idem. p.27-28

¹⁹ Ibidem, p. 29

²⁰ A prisão do catimbozeiro José Roberto e seus clientes. A Província, 26 fev. 1918, p. 02

²¹ Criminosa e louca. A Província. 03 jan. 1911, p.02

²² SOHIET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.58

²³ SOHIET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.21

²⁴ FILHO FERREIRA, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: Elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). Afro-Ásia, Bahia, 21-22, 1998-1999. p. 241.

²⁵ Idem, p. 243.

²⁶ FILHO FERREIRA, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: Elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). Afro-Ásia, Bahia, 21-22, 1998-1999.

²⁷ Idem, p. 245-246.

²⁸ Ibidem, p. 247.

²⁹ FILHO FERREIRA, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: Elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). Afro-Ásia, Bahia, 21-22, 1998-1999, p. 250.

³⁰ SILVA, Maciel Henrique. Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras. MNEME Revista de Humanidades, V.7, n.15, abr/mai. 2005. [HTTP://www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme). 14/02/2008. p. 03.